

Dívida pública cresceu menos em setembro

Houve melhora nas contas da União, Estados e estatais, mas déficit se mantém distante das metas

SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA — A dívida total do setor público cresceu menos em setembro e atingiu R\$ 241,78 bilhões — o equivalente a 31,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Houve uma ligeira melhora nas contas da União, Estados e empresas estatais, embora o déficit global permaneça muito distante das metas iniciais estimadas pelo governo.

O déficit nominal (que exclui a inflação) chegou a 5,97% do PIB — ante 7% em dezembro do ano passado. O déficit operacional (que inclui juros e inflação) atingiu 3,8% do PIB. O governo obteve superávit primário (receitas menos despesas, excluindo-se os juros) de 0,03%.

Resultado primário positivo do setor público como um todo não ocorria desde maio, embora Estados e municípios tenham encerrado o mês deficitários em 0,79% do PIB. O governo federal e o Banco Central responderam pela parcela superavitária de 0,62%, enquanto as empresas estatais tiveram superávit de 0,19%.

Juros reais — Os números foram divulgados ontem pelo Banco Central. O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, disse que, embora a receita tenha melhorado, o que possibilitou o superávit primário, “o déficit operacional ficou estável por causa da elevação dos juros reais”.

Sem querer fazer previsões sobre o final do ano, Lopes ressalta que o resultado primário “indica uma tendência muito boa”. Isso

porque estaria refletindo “uma melhora da receita”.

Além de serem os únicos deficitários no conceito nominal, Estados e municípios tiveram, também, o pior desempenho nos outros dois conceitos. Ou seja, nominal e operacional. Em termos nominais, do déficit de 5,97% do PIB, a parcela dos governos estaduais e municipais foi de 3,03 pontos, enquanto governo federal e o BC ficaram com 2,42 e as estatais, com 0,51.

Transparência — No operacional, os Estados e municípios contribuíram com a parcela de 2,10% no déficit de 3,80%. O desempenho das contas federais provocou o déficit de 1,50%, enquanto a parte que coube às estatais ficou em 0,20% do PIB. Na avaliação de Lopes, o comportamento das estatais nos três conceitos pode demonstrar um aumento nos investimentos das empresas.

**DÉFICIT
NOMINAL
CHEGOU A
5,97% DO PIB**

Dentro de um novo conceito, o BC divulgou que a dívida fiscal líquida do setor público

fechou setembro com o saldo de R\$ 256,1 bilhões, uma parcela equivalente a 33,8% do PIB. Dessa dívida, estão separados o que o governo denominou “ajustes patrimoniais”. Seriam as receitas ou despesas não-fiscais como, por exemplo, o aporte de capital de R\$ 8 bilhões feito no Banco do Brasil. “O objetivo é ter números mais transparentes”, defendeu Lopes.

Ainda do lado das despesas, o BC relacionou os R\$ 3,7 bilhões referentes ao crédito que esperava receber dos bancos Comind e Auxiliar, que tiveram ganho de causa na Justiça e ficaram dispensados do pagamento. Liquidadas em 1985, as duas instituições deviam ao governo o dinheiro da reserva monetária que foi destinado ao pagamento de correntistas.